ARTIGO DE PESQUISA

A expansão dos grupos de pesquisa no Brasil e o desenvolvimento da pós-graduação: panorama histórico-geográfico

The expansion of research groups in Brazil and the development of graduate education: a historical-geographical overview

L'expansion des groupes de recherche au Brésil et le développement des études supérieures de troisième cycle: panorama historico-géographique

MATHEUS DE OLIVEIRA FERREIRA

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4532-4338

RITA DE CÁSSIA MARTINS DE SOUZA

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6505-3248

Recebido em: 15/07/2024.
Aprovado em: 06/07/2026.
Editora responsável: Grace Bungenstab Alves

Como citar (ABNT)
FERREIRA, Matheus de Oliveira; SOUZA, Rita de Cássia Martins de. A expansão dos grupos de pesquisa no Brasil e o desenvolvimento da pós-graduação: panorama histórico-geográfico. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 22, n. 48, e18734, 2026. DOI: 10.5418/ra2026.v22i48.18734. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/18734. Acesso em: XX mês abreviado 20XX.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY – permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

A Revista da ANPEGE não se responsabiliza por opiniões, ideias e conceitos emitidos pelos autores dos textos, assim como por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que atendem as políticas editoriais e que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela utilização de fotos, imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir a relação entre institucionalização de grupos de pesquisa e o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, tendo como referência empírica a Geografia e a grande área das Ciências Humanas. Nesse sentido, visamos questionar de que maneira o crescimento dos grupos de pesquisa se articula ao processo de institucionalização do Sistema Nacional de Pós-graduação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. O referencial teórico fundamenta-se na discussão sobre institucionalização da ciência, políticas públicas de ciência e tecnologia e organização da pesquisa no contexto brasileiro. Os resultados indicam que a expansão dos grupos de pesquisa ocorreu em estreita articulação com a consolidação da pós-graduação, sendo impulsionada por políticas estatais de financiamento, regulação e avaliação. Embora o crescimento quantitativo seja expressivo, observa-se a persistência de desigualdades regionais na distribuição dessas estruturas. Conclui-se que os grupos de pesquisa constituem simultaneamente resultado e condição do desenvolvimento da pós-graduação brasileira, desempenhando papel central na organização da produção científica e na consolidação dos campos disciplinares.

Palavras-chave: Ciência; Pesquisa; Geografia; História da ciência.

ABSTRACT: The aim of this study is to discuss the relationship between the institutionalization of research groups and the development of postgraduate education in Brazil, taking Geography and the broader field of the Humanities as empirical references. In this sense, we aim to examine how the growth of research groups is articulated with the process of institutionalization of the Brazilian National Postgraduate System. Methodologically, this study consists of a bibliographic and documentary research. The theoretical framework is grounded in discussions on the institutionalization of science, public policies for science and technology, and the organization of research within the Brazilian context. The results indicate that the expansion of research groups occurred in close articulation with the consolidation of postgraduate education, driven by state policies of funding, regulation,

and evaluation. Although the quantitative growth is significant, persistent regional inequalities in the distribution of these structures are still observed. It is concluded that research groups simultaneously constitute both the result and a condition for the development of Brazilian graduate education, playing a central role in the organization of scientific production and in the consolidation of disciplinary fields.

Keywords: Science; Research; Geography; History of science.

RÉSUMÉ: L'objectif de ce travail est de discuter la relation entre l'institutionnalisation des groupes de recherche et le développement des études de troisième cycle au Brésil, en prenant comme référence empirique la Géographie et le vaste domaine des Sciences humaines. Dans cette perspective, nous cherchons à examiner de quelle manière la croissance des groupes de recherche s'articule avec le processus d'institutionnalisation du Système national de formation postuniversitaire au Brésil. Méthodologiquement, il s'agit d'une recherche bibliographique et documentaire. Le cadre théorique s'appuie sur les discussions relatives à l'institutionnalisation de la science, aux politiques publiques de science et de technologie et à l'organisation de la recherche dans le contexte brésilien. Les résultats indiquent que l'expansion des groupes de recherche s'est produite en étroite articulation avec la consolidation des études de troisième cycle, stimulée par des politiques étatiques de financement, de régulation et d'évaluation. Bien que la croissance quantitative soit significative, on observe encore la persistance d'inégalités régionales dans la distribution de ces structures. On conclut que les groupes de recherche constituent à la fois le résultat et une condition du développement des études de troisième cycle au Brésil, jouant un rôle central dans l'organisation de la production scientifique et dans la consolidation des champs disciplinaires.

Palabras clave: Science; Recherche; Géographie; Histoire de la science.

Introdução

As instituições científicas nacionais são compostas por uma parcela significativa da comunidade científica brasileira (Schwartzman, 2001). Entre essas instituições destacam-se universidades, museus, institutos de pesquisa, laboratórios e hospitais, que desempenham papel fundamental na produção e difusão do conhecimento científico. Nesse contexto, o aparato técnico e infraestrutural que constitui o campo científico torna-se um elemento central para a compreensão da história da ciência no Brasil. Associado a esse conjunto institucional, destaca-se um modelo específico de organização social da ciência que tem ganhado relevância nas últimas décadas: os denominados Grupos de Pesquisa (GPs).

Os GPs configuram-se como um importante modelo de organização, produção, circulação e socialização do conhecimento científico. No Brasil, sua institucionalização ocorreu de forma mais sistemática a partir de 1993, com a criação do Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), administrado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Entretanto, é importante destacar que a existência de GPs antecede à criação do DGPB, ainda que sua formalização e sistematização tenham ocorrido com a implementação desse diretório. A História e a Sociologia da Ciência têm se dedicado à análise dos GPs, investigando sua historicidade, formas de organização e protagonismo no desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I) (Mocelin, 2002; 2009; 2021; Schwartzman, 2022).

Apesar da relevância desse modelo organizacional para a produção científica, observa-se que ainda é reduzido o número de estudos na Geografia que buscam compreender a trajetória histórica da ciência a partir da análise dos GPs. Entre as poucas contribuições existentes, destacam-se a tese de doutorado de Campos (2012) e a dissertação de mestrado de Ferreira (2024). Tal cenário evidencia a necessidade de ampliar o debate histórico no campo geográfico, incorporando análises que considerem o papel dos GPs em processos fundamentais, como a formação da pós-graduação brasileira, a institucionalização da pesquisa científica no país e os impactos da atividade coletiva na produção e circulação do conhecimento.

O cerne da questão que motivou a elaboração desse trabalho é associação entre a expansão dos GP e a evolução da pós-graduação no Brasil. Partindo desse pressuposto, o objetivo deste trabalho consiste em discutir a relação entre a expansão dos GP e o desenvolvimento da pós-graduação nacional, tendo como referência empírica a área das Ciências Humanas e a Geografia.

Para alcançar esse objetivo, adotou-se como procedimento metodológico a realização de revisão bibliográfica e levantamento documental (Gil, 2008). No tocante à revisão bibliográfica, foram analisados artigos, teses, dissertações e outras contribuições acadêmicas que abordam temáticas relacionadas aos GPs, à pós-graduação brasileira, ao desenvolvimento científico e à história da ciência. Referente ao levantamento documental, foram analisados os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs), bem como legislações e pareceres institucionais relacionados à pós-graduação. Esses documentos são fundamentais para a compreensão histórica da pós-graduação no Brasil, uma vez que registram os contextos institucionais e políticos de suas respectivas épocas, além de apresentarem dados e diagnósticos sobre o desenvolvimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

As análises bibliográficas e documentais foram realizadas por meio do levantamento e da sistematização de dados quantitativos secundários, provenientes do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB) e da plataforma Geocapes, entre os anos de 1998 e 2024. Concernente à base de dados Geocapes, foram coletadas informações referentes ao número total de programas de pós-graduação no Brasil, bem como o número de programas de pós-graduação em Geografia no país, entre 1998 e 2024. No repositório do DGPB, foram obtidos dados referentes ao total de GPs no Brasil, ao total de grupos na área de Geografia, ao número de pesquisadores e estudantes vinculados aos grupos, além da produção acadêmica associada a esses coletivos, incluindo artigos em anais de eventos, artigos de circulação nacional e internacional, dissertações e teses, entre 2000 e 2023.

Por fim, durante o desenvolvimento desse trabalho, foi percebida uma limitação quanto à disponibilização de dados no DGPB. O diretório disponibiliza dados referentes à produção científica e ao corpo de pesquisadores considerando apenas as grandes áreas do conhecimento — no caso desta pesquisa, as Ciências Humanas. Dessa forma, não foi possível realizar um delineamento estatístico específico exclusivamente para a Geografia a partir dessas informações. Ainda assim, considera-se que a análise dos dados referentes às Ciências Humanas, associada à discussão teórica e à análise documental, contribui para a compreensão da problemática proposta e para o alcance dos objetivos delineados neste trabalho.

1.1 O desenvolvimento da pós-graduação nacional: histórico sobre a institucionalização da pesquisa científica.

Alinhado à construção de um debate acerca da institucionalização dos GPs, existe a necessidade de discutir duas instâncias do ensino superior no Brasil que remontam aos grupos: as universidades e a pós-graduação. A relação existente entre ambas, com a institucionalização dos GPs, foi objeto de investigação de Mocelin (2002, 2009) e Campos (2012), que chegaram à conclusão de que a criação e a consolidação dos grupos de pesquisa no Brasil são vinculadas ao processo de institucionalização da pesquisa científica nas Universidades e na pós-graduação. A partir dessas conclusões, indica-se que há uma correlação no que concerne à existência da pós-graduação e à institucionalização dos GPs, neste trabalho compreendidos como duas instâncias do SNPG.

A presença de programas de pós-graduação parece contribuir para a formação e consolidação de GPs, sugerindo que esses elementos se fortalecem mutuamente, promovendo o avanço da pesquisa e do conhecimento científico. Assim, para a compreensão de uma dessas instâncias, a discussão sobre a outra se torna relevante. Por conseguinte, o debate inicia-se a partir do Parecer de n° 977/65, de 03 de dezembro de 1965, que definiu as diretrizes da pós-graduação no Brasil, diante de um contexto de crítica ao sistema vigente, publicado por Newton Sucupira, Presidente da Comissão de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação, também conhecido como Parecer Sucupira (Brasil, 1965).

O Parecer foi endereçado ao Ministério da Educação, que tinha como Ministro da Educação o professor Flávio Suplicy Lacerda, e seu conteúdo é reconhecido por estudiosos da área como o principal documento que fomentou mudanças significativas no ensino superior brasileiro, principalmente no que concerne à pós-graduação (Romêo; Romêo; Jorge, 2004; Morosini, 2009). O referido parecer argumenta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, não conseguia estabelecer uma definição profícua da natureza e fins da pós-graduação, abordando-a de

modo genérico. Isso impulsionou a má interpretação sobre o gênero desse modelo de ensino, sendo frequentemente confundido com os cursos de especialização pelas universidades e Escolas Isoladas (CFE, 1965).

O Parecer n° 977/65 indica que a oferta dos cursos de pós-graduação ficaria a cargo apenas das universidades e, caso fosse do interesse das Escolas Isoladas ofertarem tal modalidade, haveria a necessidade da concessão do Conselho Federal de Educação (CFE). Outra contribuição foi a de apontar a necessidade da existência de uma pós-graduação com dois níveis de especialização no Brasil: mestrado e doutorado, espelhando-se no modelo norte-americano (Brasil, 1965). Os pareceristas do CFE determinavam a urgência de constituir um novo nível de aperfeiçoamento, direcionado aos alunos que tivessem interesse em desenvolver um conhecimento específico, orientado para o desenvolvimento da ciência em território nacional (CFE, 1965).

Esse novo nível de aperfeiçoamento tinha como objetivo a instrução científica e humanista, servindo como base para qualquer área de atuação e formação profissional. Sua estrutura seria destinada à pesquisa científica, cujos fins se alinhavam ao desenvolvimento científico, à cultura em geral, ao treinamento de pesquisadores, tecnólogos e profissionais do mais alto nível:

> O seu objetivo imediato é, sem dúvida, proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação. Mas, além destes interesses práticos imediatos, a Pós-graduação tem por fim oferecer, dentro da universidade, o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária (CFE, 1965, p. 164).

O Conselho designa três motivos fundamentais para a instauração do sistema de pós-graduação:

> 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (CFE, 1965, p. 165).

Para tanto, o Conselho compreendeu que a pós-graduação diz respeito a toda atividade acadêmica realizada após a graduação, separando-a em stricto sensu e lato sensu. O foco do Parecer é voltado para o latu sensu e, nesse sentido, propõe um conceito: "o sistema de cursos regulares que se superpõe à graduação, visando desenvolver, em amplitude e profundidade, os estudos feitos nos cursos de graduação e conduzido à obtenção de grau acadêmico" (CFE, 1965, p. 170).

Cabe destacar que o Parecer n° 977/65, apesar de defender e propor a institucionalização da pesquisa científica, não menciona GPs ou organização similares. A partir da sua publicação e posterior circulação na comunidade acadêmica nacional, outras reformas e legislações foram importantes para a institucionalização da pós-graduação no Brasil, como a Reforma Universitária de 1968 e Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1997 (Brasil, 1968; Brasil, 1997).

Sobre a Reforma Universitária de 1968, destaca-se a indissociabilidade da pesquisa científica ao ensino superior nas universidades, a criação dos departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, a extinção da cátedra (Brasil, 1968). A Reforma ainda estimulou a aproximação da comunidade acadêmica com a sociedade civil por meio da extensão, instalou o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos docentes, valorizando a titulação acadêmica além da produção científica, profissionalizando os docentes (Oliven, 2002).

A partir da fixação do artigo 31 da Reforma Universitária, foi incentivada a expansão da pós-graduação, exigindo a necessidade de titulação de mestre e/ou doutor para concorrer a cargos de docência em nível superior (Martins, 2018). A conceituação dos programas de pós-graduação ficou sob incumbência do Conselho Federal de Educação (Brasil, 1968).

A partir de 1975, o Estado brasileiro passou a realizar a publicação dos Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs), movimento que, por parte do Estado, é uma evidência da importância estratégica que o ensino superior no Brasil tomou, sobretudo no final do governo de Ernesto Geisel (1974-79) (Hostins, 2006). Assim, a pós-graduação nacional passou a ser gerida e avaliada através dos PNPGs.

O I PNPG (1975-1979), tinha como objetivo avançar para um novo estágio do ensino superior no Brasil, no qual, a pós-graduação assumiria importância estratégica (Brasil, 1975). Nesse momento, o referido plano não aborda a temática dos GPs, e ele surge estrategicamente articulado a outros dois planos, o I Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O contexto do ambiente científico da época evidencia a criação das Associações Nacionais por áreas do conhecimento e a implementação do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) (Hostins, 2006). A princípio, o I PNPG tece críticas ao sistema de pós-graduação até o ano de 1973, para propor objetivos e metas a serem alcançadas durante o período de vigência do referido plano. Os dados levantados no I Plano apresentam a realidade acadêmica brasileira àquela época, que contava com 50 instituições de ensino superior que ofertavam pós-graduação, sendo 25 instituições federais, 10 estaduais e 15 particulares (Brasil, 1975).

O crescimento da pós-graduação foi considerado desordenado, de acordo com o documento do I PNPG, pois a ampliação dos cursos de pós-graduação vinha ocorrendo conforme havia o aumento do número de candidatos que ingressavam nos cursos, não havendo uma preparação anterior no que compete à infraestrutura, ao corpo de pessoal das instituições, ou a qualquer estabelecimento de regras sobre o percentual de ingressantes que cada universidade e curso poderia oferecer, gerando assim um recebimento desordenado e abrupto de alunos (Brasil, 1975).

Os recém criados cursos de pós-graduação careciam de uma estrutura institucional consistente, comprometendo o bom desempenho dos cursos e, consequentemente, de suas pesquisas, gerando "pontos de estrangulamento". O êxito do plano foi em ser propositivo, ao evidenciar as fragilidades, comprometia-se a saná-las a partir da institucionalização do sistema, elevação dos padrões de desempenho da época, racionalização dos recursos, e pela busca de um equilíbrio no quesito expansão de áreas (Brasil, 1975).

O I PNPG previa o estabelecimento de algumas metas ao fim de sua vigência, dentre elas, a formação e admissão de 41.000 novos docentes nas universidades para proporcionar a expansão da pós-graduação. No que diz respeito aos discentes, as metas do I PNPG eram a formação de 16.800 mestres e 1.400 doutores. No âmbito da ampliação da pós-graduação, passariam a ser ofertadas, até o final do quinquênio, 11.700 vagas de mestrado e 1.200 vagas de doutorado anuais, além da ampliação do número de bolsas de estudo no país para 52.000 (Brasil, 1975). Pode-se considerar o I PNPG como um avanço do SNPG, reconhecendo a centralidade da pós e colocando-a como parte de um planejamento estratégico de crescimento e desenvolvimento de ciência e tecnologia, definindo metas e destinando recursos específicos para alcançá-las.

O II PNPG (1982-1985) foi o primeiro a ser realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), dado que o Conselho Nacional de Pós-Graduação havia sido extinto (Nez, s.d.). O segundo plano continha uma abrangência muito menor que seu antecessor, pois não havia levantamentos sistemáticos de dados ou discussões, apenas sinalizava os pontos de fragilidade da pós-graduação e propunha medidas incipientes para superá-los (Brasil, 1982).

Um dos objetivos principais do II Plano era a formação de recursos humanos qualificados para exercerem a docência, a pesquisa para o setor público e privado, almejando a superação dos efeitos negativos da heterogeneidade regional e institucional (Brasil, 1982; Hostins, 2006). A avaliação feita sobre a pós-graduação no segundo plano não retoma as metas definidas em seu antecessor, deixando muito vago se houve êxito ou não nas políticas adotadas no período de vigência do primeiro plano. São apresentados, em caráter genérico, os eventuais problemas a serem resolvidos no período de vigência do II PNPG (1982-1985):

> [...] problemas estruturais que dificultam a institucionalização e consolidação da Pós-graduação. A excessiva dependência de recursos extra orçamentários, a sujeição a repentinos cortes de verbas, a instabilidade empregatícia e profissional dos docentes, técnicos e pessoal de apoio, continuam sendo problemas básicos da Pós-graduação atual (Brasil, 1982, p. 178).

É notável que os desafios do I PNPG (1975-1979) continuavam sendo os mesmos do II PNPG (1982-1985): ausência de docentes, instabilidade financeira e infraestrutura precária, o que comprometia a institucionalização da pós-graduação e, consequentemente, sua expansão. A conclusão apresentada pelo II PNPG é que os cursos de pós-graduação não apresentavam mecanismos suficientes para assegurar seu pleno desenvolvimento (Brasil, 1982). É nesse sentido que o II PNPG buscava aprimorar o desempenho e a qualidade por meio da avaliação, que ganhou maiores incentivos e recursos a partir de então (Mancebo; Vale; Martins, 2015).

A partir de então, a avaliação passou a ser o elemento central do debate para a consolidação da pós-graduação no Brasil. Segundo Silva e Oliveira (2009), ao longo dos anos de 1980, firmou-se uma crença de que as agências de fomento, principalmente a CAPES, teriam papel central nesse processo. A década em questão fica marcada pelo aprimoramento da avaliação e, consequentemente, a unificação do SNPG, orientando seu crescimento, metas, prazos e objetivos a serem cumpridos pelos programas (Silva; Oliveira, 2009).

Durante o período de vigência do II Plano (1982-1985), o Brasil enfrentava um período de recessão econômica, que gerou impactos negativos na disponibilidade de recursos financeiros, como discutido por Nez (s.d) com isso, o combate à heterogeneidade regional da pós-graduação deixou de avançar. Diante da ausência de dados no II PNPG, torna-se impossível realizar uma avaliação mais abrangente dos efeitos entre o I PNPG e o II PNPG e, como o segundo não estabelece quantitativamente os objetivos a serem alcançados, a compreensão da expansão da pós-graduação fica comprometida.

No ano de 1986 é publicado o III PNPG (1986-1989), que retomou temas importantes e apresentou avanços em relação aos anteriores, principalmente na participação ativa da comunidade científica em sua elaboração e nas propostas de operacionalização da pós-graduação (Nez, s.d). A princípio, o III PNPG abordou a realidade da pós-graduação nacional, sinalizando que o país não possuía quantitativo suficiente de pesquisadores para suprir a própria necessidade interna, sequer propiciar um desenvolvimento científico e tecnológico (Brasil, 1986). É importante destacar o contexto acadêmico e político desse período, uma vez que, o referido plano é publicado após

a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), no ano de 1985, e passava pelo processo de redemocratização política, após o período ditatorial - entre 1964 e 1985 - (Baumgarten, 2008). Esses fatores são relevantes e auxiliam na compreensão da falta de pesquisadores acadêmicos.

O III Plano retoma a problemática da institucionalização enquanto um dos principais desafios a serem enfrentados, agregando outra dimensão: a articulação da pós-graduação com o setor produtivo. Busca-se essa articulação pois, a partir desse Plano, as políticas de pós-graduação passaram a ser vinculadas ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), um dos méritos do recém-criado MCT.

A análise do III Plano permite realizar um paralelo entre a formação de Grupos de Pesquisas e os pontos de estrangulamento (outrora debatidos no I Plano), uma vez que as estratégias delineadas para a mitigação desses pontos dialogam com o incentivo à formação de GPs. Os pontos de estrangulamento elencados no III Plano são: diferença de evolução entre as áreas do conhecimento – algumas áreas se apresentam mais desenvolvidas que outras –; carência de pesquisadores com formação interdisciplinar; saturação do sistema – mais alunos do que professores orientadores –; elevado índice de evasão; problemas na seleção dos discentes; e, elevado tempo médio para titulação (Brasil, 1986).

As estratégias propostas encontram na política de incentivo à cooperação interinstitucional e na formação de GPs, um caminho para a resolução das fragilidades identificadas:

> 6.7 estimular formas de cooperação entre programas de Pós-graduação, incluindo intercâmbio de pesquisadores e alunos, uso comum de equipamentos e realização de pesquisa interdisciplinar e/ou multi-institucional; 6.11. assegurar a continuidade de trabalho dos grupos de pesquisa consolidados, garantindo-lhes a infra-estrutura por meio de programas de apoio de longa duração; [...]
> 6.12. apoiar os grupos emergentes, em função de planos de trabalho com prazos definidos, mantendo-se um processo de acompanhamento e avaliação para possibilitar a correção de eventuais desvios e a necessária assistência técnica de apoio e orientação; 6.13. apoiar os mestrados de bom nível e com potencialidade para reforçarem seus grupos de pesquisa, visando o estabelecimento de condições para a criação de doutorado; 6.14. apoiar a criação de novos programas de Pós-graduação, somente quando a instituição tiver grupos de pesquisa com produção científica regular na área (Brasil, 1986, p. 209-210).

Pela primeira vez desde a criação do PNPG, os GPs são citados como estratégia de melhoria da pós-graduação. O Plano reconhece que a instabilidade fiscal e econômica do país compromete o aperfeiçoamento desse modelo de organização da produção acadêmico-científica a longo prazo e, ao finalizá-lo, delega o compromisso em manter uma política voltada a apaziguar os erros do passado (Brasil, 1986). O item 6.11 do III PNPG assegura a continuidade de grupos de pesquisa já existentes por meio da garantia de infraestrutura, uma questão crucial. O item 6.12 se preocupa com os grupos emergentes, um tema central pois, essa classe de grupos passa a contar com políticas específicas em âmbito nacional e estadual. Essas políticas se tornaram possíveis com o reconhecimento da importância desses grupos (Brasil, 1986).

No que diz respeito à pós-graduação, nota-se, por meio dos itens 6.13 e 6.14, a articulação e interdependência que os grupos passam a ter na formação de novos programas de pós-graduação, visando à ampliação da produção científica (Brasil, 1986). Tal questão é debatida por Campos (2012, p. 143) ao afirmar que a "expansão dos grupos de pesquisa também é acompanhada pela ampliação da produção científica no Brasil". Entretanto, essa não é a única função dos grupos, pois eles se inserem principalmente nas questões voltadas à cooperação interinstitucional:

> [...]incluir grupos de pesquisa não necessariamente engajados em atividades regulares de Pós-graduação. Essa cooperação, se coordenada por Sociedades Científicas ou Associações Nacionais de Pós-graduação, poderá ser utilizada para o desenvolvimento de pesquisas e programas conjuntos para a solução de problemas científicos mais complexos, mobilizando esforços de todo o país (Brasil, 1986, p. 207).

Em uma avaliação geral, o III Plano estabelecia a indissociabilidade da pós-graduação com a pesquisa, ciência e tecnologia, aproximando-as do setor produtivo (Alves; Oliveira, 2014). Buscava-se, por meio dessa indissociabilidade, responder às necessidades da sociedade brasileira, que passava por um processo de reconstrução, tanto nos âmbitos políticos, econômicos e sociais, quanto na infraestrutura, enfatizando o papel que a pós-graduação passaria a ocupar no desenvolvimento nacional (Nez, s.d).

Desde os anos 1990 até o ano de 2005, é marcado por ser um período em que não houve uma política formal de planejamento voltada à pós-graduação, contudo, no ano de 2005 foi lançado o IV PNPG (2005-2010). Apesar de inúmeras tentativas, durante o período sem planejamento, o que se teve foram propostas de recomendação assinadas pela CAPES, apresentando algumas orientações isoladas e genéricas, como a "expansão do sistema, a diversificação do modelo, as mudanças no processo de avaliação e a inserção internacional da pós-graduação" (Nez, s.d, p. 9).

O período de 16 anos sem planos formais é fundamental para compreender em que medida os anos 1990 foram o período de maior institucionalização de GPs no Brasil (Campos, 2012). No contexto global, acentuou-se, desde o fim da década de 1980, o crivo do discurso neoliberal estimulado por Margaret Thatcher, Ronald Reagan e, pelo recém-realizado Consenso de Washington (Hostins, 2006), que impulsionaram uma mudança na política acadêmica (Santos et al., 2004), avançando para vários países, incluindo o Brasil, principalmente nas gestões de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

No bojo desse 'novo' discurso, havia a defesa da "[..] desregulamentação econômica, na abertura comercial e, principalmente, financeira do país em relação ao resto do mundo, e em reformas patrimoniais que levassem à privatização ativos produtivos sob controle estatal" (Santos et al., 2004, p. 10).

Alguns jargões foram amplamente utilizados e auxiliaram na propagação desse discurso, por exemplo, a desburocratização e diminuição das intervenções do Estado, dos gastos públicos em investimento e custeio, priorizando a eficiência, eficácia e produtividade. No Brasil, no que tange à ausência da principal política de pós-graduação, encontravam-se os veios ideais para que o discurso adentrasse e fundamentasse as novas normas de operacionalização da pós-graduação. Logo, a universidade, até então reconhecida pelo status de bem público estatal, passou por um realinhamento aproximando-se do mercado, sendo vista como um bem do Estado empresarial (Hostins, 2006).

Toda essa modificação de conjuntura ocorre em um contexto de Reforma do aparelho do Estado e de reestruturação produtiva (Borges; Aquino, 2012; Campos, 2012). Na administração pública, impulsiona-se o seu sucateamento (Santos et al., 2004) e, na dimensão do ensino, sua financeirização (Sousa Neto, 2017). A finalidade do ensino superior passa a ser a formação de um corpo de pessoal qualificado voltado ao trabalho, suprindo as necessidades do mercado.

Essa nova lógica é defendida e propagada por instituições internacionais, como o Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Ao ocorrer essa inversão de

valores, a ideologia libertadora e a promoção de consciência crítica voltada à universidade são deixadas de lado (Campos, 2012).

Diante do contexto apresentado é que se impulsiona a institucionalização da pesquisa e da pós-graduação no Brasil, não por meio de um planejamento estatal, como anteriormente, mas sim por um alinhamento ideológico entre classes da sociedade civil com o governo, e pela demanda do setor produtivo devido à sua aproximação com a universidade. Referente aos GPs, o ano de 1993 marca a criação do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), como uma expressão dessa nova lógica. Segundo Vinha (2015), "A partir da década de 1990, sob o crivo do processo de reestruturação produtiva, novos sentidos foram atribuídos aos grupos, que passaram a incorporar as demandas do setor produtivo, oficializando-os e institucionalizando-os" (p. 46).

O período de reestruturação produtiva demonstra que o Estado, em termos amplos, é um agente influente no processo de institucionalização da pesquisa no Brasil:

> Todo este processo de expansão mercantil do sistema universitário brasileiro, não poderia ter se dado sem que o Estado transferisse de diversas maneiras, imensas somas de recursos para as entidades privadas, criasse uma legislação que lhe fosse favorável e garantisse com recursos públicos a formação de um corpo profissional, por intermédio de instituições como CAPES, que pudesse atuar de maneira cada vez mais proletarizada no mundo do trabalho docente (Sousa Neto, 2017, p. 23, grifo nosso).

No caso específico da década de 1990, a ausência do Estado na proposição de um planejamento para a pós-graduação propiciou o avanço do ideário neoliberal, modificando sua organização e influenciando na maneira como os pesquisadores realizavam seus trabalhos. Na ausência de um plano para a pós-graduação, em um contexto de modificação das funções do Estado e do serviço público, no ano de 1996 foi promulgada a Lei nº 9.394, que estabelece as novas diretrizes e bases da educação brasileira (Brasil, 1996).

Por meio do estabelecimento da nova lei, assume-se para a educação os compromissos firmados com o BM e o FMI sobre a lógica neoliberal, que tinha por objetivo modificar a gestão pública, representado pelo contingenciamento de recursos de custeio e capital para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), nos salários dos servidores docentes e técnico-administrativos, além de propor orientações para o incentivo, a criação e a ampliação do ensino privado (Borges; Aquino, 2012).

No que tange à pós-graduação, poucas modificações são propostas pela nova lei da LDB de 1996 daquelas já dispostas na LDB de 1961. O que está presente, com consequências diretas na pós-graduação e na institucionalização da pesquisa, é a obrigatoriedade de um terço do corpo docente ser contratado em regime integral com dedicação exclusiva (Brasil, 1996; Oliven, 2002).

O que se infere é que, a maior presença de professores mestres e doutores com regime integral, possui maior incentivo e disponibilidade para desenvolver pesquisa e, consequentemente, formar GPs para o aprimoramento dessas atividades. Isso se confirma ao analisar dados do DGPB em que a formação de Grupos é impulsionada, sobretudo, a partir do final dos anos 1990.

O PNPG de 2005-2010 teve um papel fundamental ao apresentar a situação da pós-graduação da época, sobretudo, porque não houve o desenvolvimento e aplicação de Planos em dezesseis anos (entre 1990 e 2005), além de evidenciar os problemas centrais e propor resoluções durante um período em que se modificou a noção do papel do Estado. O novo Plano identifica a persistência de problemas anteriormente referendados, apresenta e discute

dados relacionados à pós-graduação no que compete aos recursos humanos e financeiros e, em seu conjunto, busca definir metas e estratégias para o aprimoramento da pós-graduação no país, contando com contribuições declaradas pela comunidade científica.

O IV PNPG (2005-2010) define como um dos objetivos fundamentais a "expansão do sistema de Pós-graduação que leve a expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para a qualificação do sistema de ensino superior do país, do sistema de ciência e tecnologia e do setor empresarial" (Brasil, 2004, p. 9). Sendo assim, para além da formação de pessoal qualificado para suprir as necessidades da pós-graduação, também é objetivado o fornecimento de recursos humanos para os setores de ciência, tecnologia e empresarial. Isso significa que a formação continuada no Brasil deveria tomar caminhos mais abrangentes, principalmente em direção ao setor industrial e à educação básica (Brasil, 2004).

As proposições ao IV Plano foram redigidas, visando tanto a institucionalização da pesquisa e expansão da pós-graduação, e:

> O diagnóstico apresentado ao longo desse documento indica que a expansão do sistema deve ter quatro vertentes: a capacitação do corpo docente para as instituições de Ensino Superior, a qualificação dos professores da educação básica, a especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado e a formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas (Brasil, 2004, p. 48).

O plano aborda a contínua hegemonia da região Sudeste na concentração de programas de pós-graduação e, consequentemente, de doutores, mestres e disponibilidade de bolsas, entretanto, sem entrar no mérito do contingente populacional dessa região, que é superior às demais. A partir do plano, propõe-se um recurso para a modificação desse status: a atuação em rede, por meio da já proferida cooperação interinstitucional. Visa-se, com essa estratégia, o deslocamento de docentes, discentes e, principalmente, estudantes de pós-doutorado (Brasil, 2004).

A articulação proposta no plano tem a intenção de abranger além das universidades e seu corpo de pessoal, atingindo as unidades federativas e suas respectivas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), colocando-as como agentes centrais na rede em formação. O objetivo é a cooperação entre as agências federais, as secretarias de Estado voltadas à ciência e à tecnologia, o setor empresarial, produtivo e as universidades (Brasil, 2004).

A rede que se busca formar é baseada na articulação desses atores, visando apaziguar as emergências e as lacunas da ciência e da tecnologia que não foram desmanteladas no passado:

> Recomenda-se que sejam definidas formas de operacionalização das redes de cooperação, contemplando as prioridades estabelecidas nos planos de desenvolvimento regional e institucional, e que sejam aperfeiçoados os instrumentos de cooperação e desenvolvimento interinstitucionais promovidos pelas agências de fomento. Na perspectiva de formação de redes, é fundamental a expansão de um programa de bolsas para estágio no Brasil, de fluxo contínuo, abertas a outros programas além do PROCAD e PQI, dentre outros. Este tipo de programa promoveria a interação entre grupos e laboratórios, permitindo o compartilhamento de infra-estrutura entre grupos de pesquisa no país e estimularia a mobilidade dos pesquisadores (Brasil, 2004, p. 60).

A articulação proposta no Plano (2005-2010) entre agências, universidades e demais setores tem como base a indução. O termo indução é utilizado para definir uma medida estratégica que incentiva a criação de programas de pós-graduação, linhas e GPs, estimulando a formação de redes para combater a concentração regional, histórica e

hegemônica da região Sudeste (Brasil, 2004). No contexto da avaliação da pós-graduação, pela primeira vez os grupos são citados como requisito a ser considerado: "A Pós-graduação deve ser aferida pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa que a compõem" (Brasil 2004, p. 63).

O IV Plano destaca que a consolidação de grupos emergentes é prejudicada devido à canalização de recursos para a região Sudeste e, consequentemente, para grupos consolidados. Os impactos da canalização de recursos afetam a formação de novos programas de pós-graduação, pois os GPs não se consolidam, gerando estruturas não estáveis para a criação e desenvolvimento de programas, evidenciando assim a condição intrínseca entre GPs e programas de pós-graduação nacional. Finalmente, o Plano reafirma a necessidade de manutenção de financiamento aos grupos já estruturados, pois o exaurimento de recursos a esses comprometeria a estrutura de pesquisa até então criada (Brasil, 2004).

O último PNPG elaborado teve vigência de (2011-2020), partindo do entendimento de que um maior período temporal desenvolveria políticas mais efetivas e duradouras. Aborda-se que o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) apresenta estabilidade de crescimento no número de cursos de mestrado e doutorado. Em decorrência disso, é a partir desse documento que já não se objetiva a institucionalização da pós-graduação, compreendendo que esse nível de ensino se apresenta institucionalizado no Brasil.

Novos objetivos são alçados no V Plano (2011-2020), sendo eles, a ampliação, aumento no número de cursos avaliados com nota sete, combate às assimetrias regionais, melhor articulação entre pós-graduação e educação básica, internacionalização e, principalmente, a criação de uma agenda de pesquisa nacional, de forma a realizar a indução estratégica de programas de pós-graduação em temas relevantes para o país (Brasil, 2010; Capes, 2020).

O PNPG (2011-2020) realiza as avaliações e diagnósticos fundamentados em uma visão sistêmica, buscando propor medidas que visem abordar uma maior interdisciplinaridade e articulação entre áreas, agências e instâncias de ensino. Dito isso, ao apresentar parâmetros gerais da graduação daquele período, conclui que:

> [...] dos 800 mil titulados, 500 mil estão nas áreas de Educação, Humanidades e Artes e Ciências Sociais Aplicadas, ou seja, 66% do total. Por outro lado, 47.098, ou 5,9%, são da área de Engenharia e 100 mil, ou 12,5%, das áreas de Engenharia e Ciências Exatas. Isso mostra um desequilíbrio e a necessidade de se aumentar a formação na área tecnológica (Brasil, 2010, p. 43).

Contudo, seria necessário inverter esse padrão, impulsionando a formação de pessoal em áreas tecnológicas. Conclui-se que, apesar da expansão do número de programas de pós-graduação e cursos, em períodos recentes, houve uma queda de procura desse nível de ensino por jovens – que se voltaram mais para o mercado de trabalho – fazendo com que o perfil da pós-graduação seja de pessoas mais velhas. Essa realidade reafirma a necessidade de rejuvenescer o quadro de discentes, para manter a renovação e longevidade suficientes para suprir as necessidades do país em ciência e tecnologia (Brasil, 2010).

No que diz respeito ao mestrado e ao doutorado, o PNPG (2011-2020) aponta um crescimento em algumas áreas, entre 2004 a 2009, em especial nas áreas: Multidisciplinar (125% no mestrado e 190% no doutorado); Ciências Sociais Aplicadas (53% no mestrado e 41,7% no doutorado); Humanidades (40,4% no mestrado e 39,6% no doutorado). Os dados revelam também uma redução no número de pós-graduandos nas áreas das Engenharias, Biológicas, Exatas, Ciências da Terra e Saúde (Brasil, 2010).

De acordo com o evidente crescimento e expansão tanto dos cursos de pós-graduação quanto de alunos matriculados, nota-se que algumas disparidades ainda persistem, principalmente a concentração regional no Sudeste que, em 2011 incorporava mais de 50% dos cursos de pós-graduação do Brasil. Os GPs neste documento são parte central, além de serem citados inúmeras vezes - sempre no sentido de propor a sua ampliação e formação de novos grupos nas áreas Multidisciplinar e Ciências para o Mar - também são apontados como estratégia de desenvolvimento de C&T (Brasil, 2010). Ressalta-se que, apesar das previsões de crescimento apontadas no PNPG (2011-2020), as mudanças na conjuntura política, econômica e sanitária do Brasil tiveram impactos diretos na expansão e no financiamento da educação.

2 Resultados e Discussão

Após a elucidação sobre a história da pós-graduação nacional, na **Figura 1** é apresentada a evolução e distribuição do número de cursos de pós-graduação no Brasil, entre os anos de 1998 e 2024.

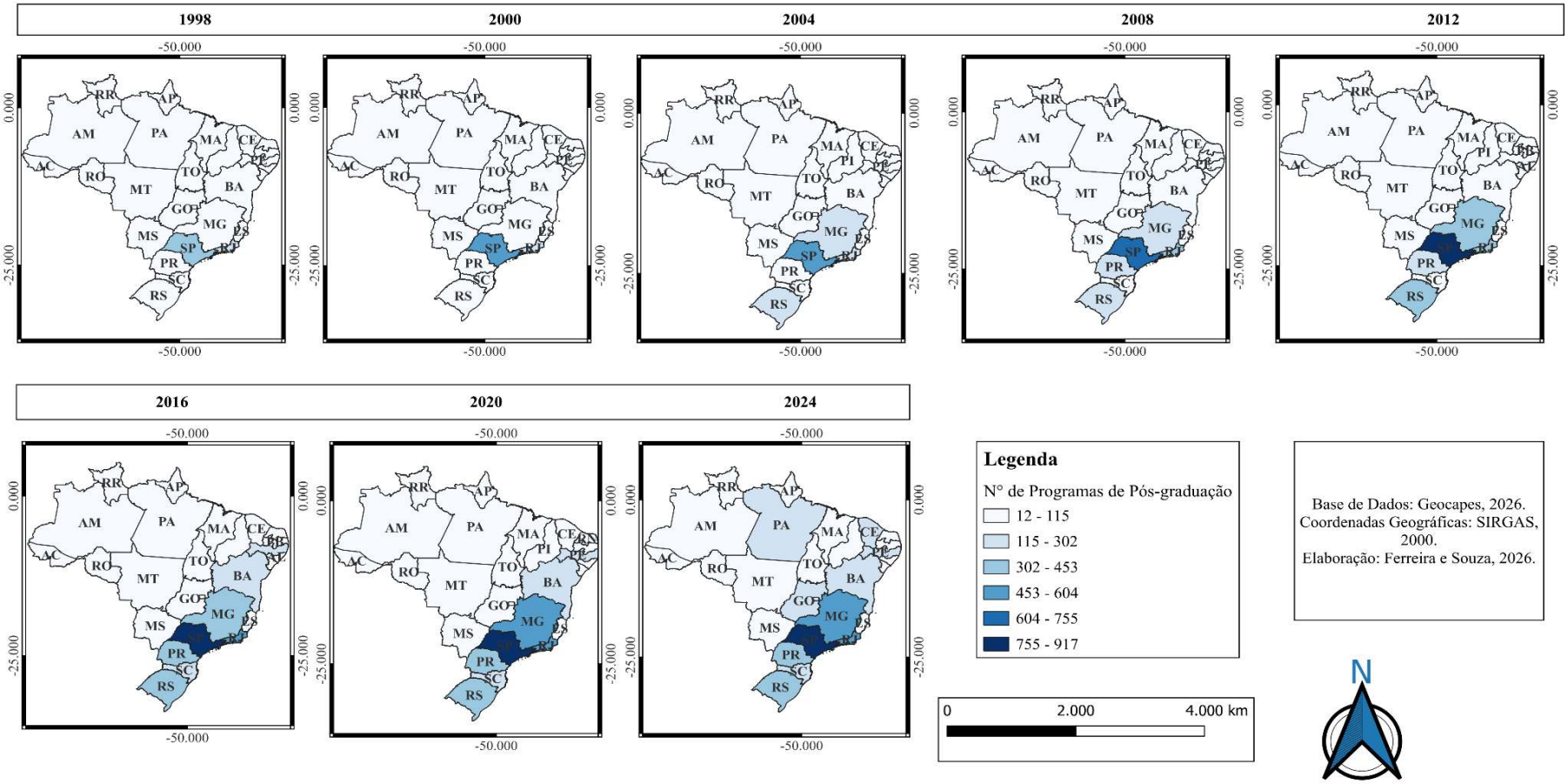


Figura 1. A distribuição espacial de programas de pós-graduação no Brasil (1998 – 2024).

A **Figura 1** revela que o estado de São Paulo é o único que apresenta crescimento expressivo no número de programas entre 1998 e 2000. A partir de 2004 é evidente um crescimento nos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em 2008 o protagonismo de São Paulo se consolidou, juntamente à expansão de programas no Paraná e no Rio de Janeiro.

Entre 2012 e 2016 nota-se a consolidação do eixo Sul-Sudeste na concentração de programas de pós-graduação no Brasil, com destaque para o aumento de números de cursos de pós-graduação nos estados da Bahia e Pernambuco, da região Nordeste do Brasil. Os dados mais recentes confirmam a consolidação histórica do estado de São Paulo, que possuía 917 programas de pós-graduação entre 2020 e 2024. Reforçando essa consolidação no eixo Sul-Sudeste, os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, possuíam 604 a 755 programas, respectivamente, seguidos dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na região Sul, contendo 375, 425 e 186 programas de pós-graduação, respectivamente.

Logo, é possível avaliar a persistência da concentração regional de programas de pós-graduação no Sul e no Sudeste brasileiro - eixo Sul-Sudeste - e, principalmente, o protagonismo que o estado de São Paulo tem no número de cursos desde o início da série histórica em 1998, até o período mais recente no ano de 2024.

Os estados das regiões Centro-Oeste e Norte não apresentaram modificações significativas no número de programas de pós-graduação ao longo da série histórica, com destaque para o estado do Pará, que dentre os estados do Norte do país se destaca como sendo o que mais possui programas ativos. O Centro-Oeste brasileiro talvez seja o caso mais emblemático desta discussão pois, desde 1998 até 2024 não apresentou modificação significativa.

Os dados da expansão da pós-graduação nacional, desde o fim do século XX e início do século XXI, evidenciam uma série de transformações ocorridas no Brasil, como por exemplo, a modernização socioeconômica e industrialização que exigiram a formação de pessoal intelectual e técnico altamente profissionalizado (Aguilar, Fonseca, Christan, 2023). Isso resultou no aumento dos investimentos em pós-graduação, quanto à melhoria na qualificação de professores e pesquisadores, juntamente com a progressão do aparato tecnológico e maquinário das instituições de Ensino Superior.

Com a evidente expansão, a partir dos anos 2000, o que se tem é um crescimento da pós-graduação atrelado ao setor privado, através da inovação. A centralidade que o termo ganhou é fundamental para compreender o contexto atual de muita proximidade entre a Universidade, o setor privado e o mercado (Mancebo; Vale; Martins, 2015; Aguilar; Fonseca; Christan, 2023). Essa proximidade é uma das marcas deixadas pelo processo de privatização e mercantilização da educação superior pública (Sousa Neto, 2017).

Diante desse cenário, cabe analisar o caso da Geografia. Segundo o documento de área (CAPES, 2019), a Geografia brasileira passou por uma expansão de 700% no número de programas de pós-graduação desde 1971 até 2019, chegando no último ano com 74 programas, crescimento acentuado principalmente após os anos 2000. Segundo Aguilar, Fonseca e Christan (2023) essa ampliação de cursos de pós-graduação em Geografia ocorreu devido ao interesse do Estado em ampliar o conhecimento sobre/pelo território nacional.

Aguilar, Fonseca e Christan (2023) destacam que, durante a década de 1990, a difusão dos programas ocorreu nos estados da fachada oriental do Brasil, consequentemente, eles eram os estados mais populosos da época. Nos anos 2000, 13 Unidades Federativas continham cursos de mestrado e/ou doutorado no Brasil, segundo os autores:

> A tônica dos anos 2000[...] foi a expansão de programas para o oeste, nos estados menos populosos do Centro-Oeste e Norte do Brasil[...] em 2010 enumeravam-se Espírito Santo, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Pará e Rondônia. Nota-se, ademais, sua interiorização no âmbito dos estados que já os dispunham na capital ou alguma cidade maior do interior (Aguilar; Fonseca; Christan, 2023, p. 12).

Os autores tecem uma nova leitura contextualizada sobre a distribuição regional dos programas em Geografia, questionando principalmente a concentração regional dos programas no Sudeste. Para eles, ao analisar o número de programas e o quantitativo de população, o cenário nacional da distribuição da Geografia é o seguinte:

> O estado com maior deficiência de programas em relação à sua dimensão demográfica é Pernambuco, com cerca de 9,617 milhões de habitantes para um único programa. Em seguida, São Paulo apresenta 7,715 milhões de habitantes por programa e é seguido pelo Pará, com 4,345 milhões de pessoas por programa. De modo oposto, Rio Grande do Norte (um programa para cada 883 mil habitantes), Amapá (um programa para seus 861 mil habitantes) e Roraima (um programa para seus 631 mil habitantes) são os três estados mais bem atendidos (Aguilar; Fonseca; Christan, 2023, p. 13/14).

A **Figura 2** representa os dados atualizados do Geocapes sobre o quantitativo de programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, entre os anos de 1998 até 2024.

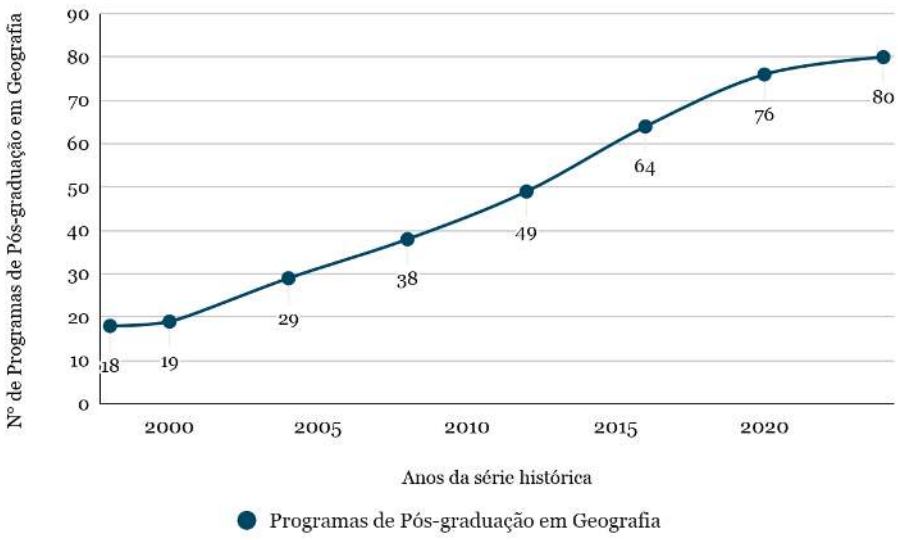


Figura 2. Número de programas de pós-graduação em Geografia (1998 - 2024). Fonte: Geocapes (2026). Elaborado por Ferreira e Souza (2026).

Como pode ser observado na **Figura 2**, no ano de 2024 foram totalizados 80 cursos de pós-graduação em Geografia ativos no Brasil. Considerando os anos entre 2000 até 2010, o crescimento percentual de programas de pós-graduação em Geografia no Brasil foi de 157,89%. Na segunda metade da série histórica (entre 2010 até 2024), também houve um crescimento absoluto no número de programas, contudo, mais discreto, atingindo 63,26%. Isso significa que a primeira metade da série histórica registra o maior crescimento de programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, em comparação com a segunda metade. Considerando as discussões de Aguilar, Fonseca e Christan (2023) essa expansão está associada ao processo de interiorização iniciado nos anos 2000 que se aprofundou na década de 2010, surgindo novos programas naqueles estados em que a Geografia já se considerava consolidada.

2.1 A Expansão de grupos de pesquisa no Brasil: debate sobre as Ciências Humanas e Geografia

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB), implementado em 1993, é resultado de uma iniciativa conjunta entre o CNPq e o MCT, (Valentim, 2007; Mocelin, 2009). No âmbito da literatura especializada, o conceito de GP tem sido progressivamente reformulado, incorporando diferentes denominações, tais como: grupos de estudo, núcleos de pesquisa, grupos de trabalho e laboratórios, entre outros (Mocelin, 2009). De modo geral, os GPs podem ser compreendidos como coletivos de pesquisadores organizados em torno da produção e da socialização do conhecimento científico, estruturados a partir de afinidades temáticas, inserção em campos científicos específicos e estratégias de cooperação e competitividade no contexto da ciência contemporânea (Mocelin, 2009).

O DGPB tem como objetivo constituir um sistema de informações capaz de reunir e sistematizar dados sobre a pesquisa científica e tecnológica desenvolvida no país, especialmente no âmbito das universidades e dos institutos de pesquisa, organizando-os a partir da lógica dos grupos de pesquisa. De caráter censitário, o diretório configura-se como um importante instrumento para a análise da dinâmica de organização da pesquisa no Brasil, permitindo o acompanhamento de sua evolução por meio de séries históricas compostas por dados quantitativos. Essas informações encontram-se estruturadas em diferentes seções, tais como: séries básicas, grupos de pesquisa, linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes e produção em ciência, tecnologia e inovação (DGPB,2026).

Os dados referentes aos GPs podem ser analisados segundo distintos recortes, incluindo região, unidade federativa, instituição, área do conhecimento, grande área e período de existência. Contudo, no âmbito do DGPB, não se explicitam de forma clara os critérios adotados para a definição das categorias de área do conhecimento e grande área. Nesta última, incluem-se agrupamentos amplos, como Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas e Ciências Agrárias.

Já as áreas do conhecimento correspondem a campos disciplinares mais específicos, como História, Geografia, Ciência Política e Robótica, entre outros. Nesse sentido, observa-se que a classificação adotada pelo DGPB não necessariamente coincide com aquela estabelecida por outros órgãos, como a CAPES, por exemplo, o que evidencia uma lacuna analítica que demanda aprofundamento em investigações futuras, dada sua relevância e complexidade.

No que se refere especificamente às Ciências Humanas, o DGPB considera como áreas vinculadas: Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Sociologia e Teologia. Considerando o conjunto das grandes áreas, registram-se 45.480 GPs cadastrados, distribuídos em 628 instituições, com um total de 168.816 linhas de pesquisa e 269.816 pesquisadores (DGPB, 2026).

No que diz respeito à distribuição percentual por grandes áreas, observa-se que, em 2025, 24,10% dos GPs (10.959) estavam vinculados às Ciências Humanas, configurando-se como a área com maior participação relativa. Em seguida, destacam-se as Ciências Sociais Aplicadas, com 16,14% (7.339), e as Ciências da Saúde, com 14,96% (6.805). Por outro lado, as menores participações relativas foram registradas nas Ciências Agrárias e Ciências Biológicas, com 7,51% (3.417) e 7,86% (3.676), respectivamente. A **Figura 3** ilustra a distribuição espacial dos GPs no território brasileiro, considerando o conjunto das grandes áreas, permitindo evidenciar as desigualdades regionais na organização da atividade científica no país, entre os anos de 2000 e 2025.

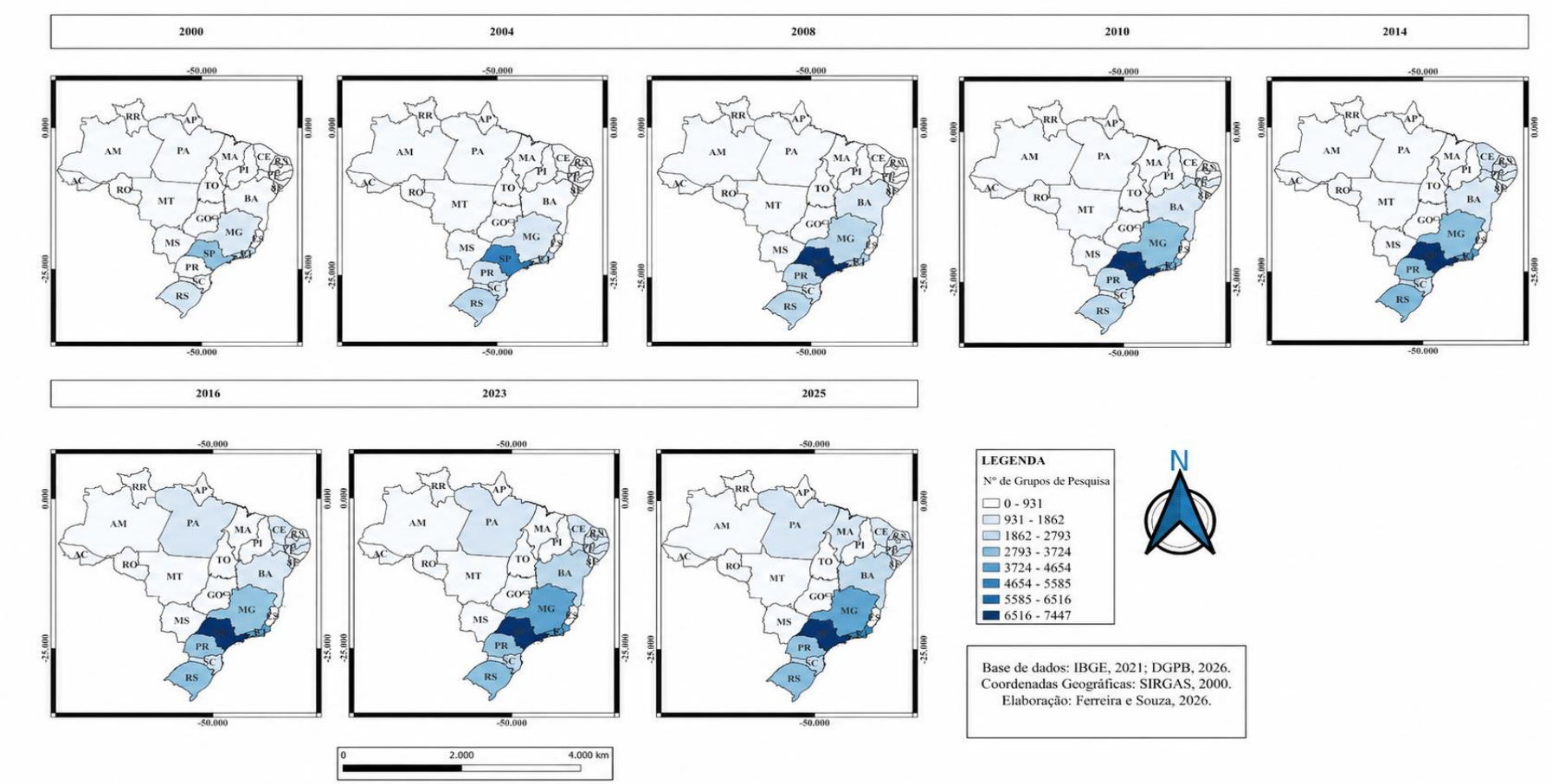


Figura 3. A distribuição espacial dos grupos de pesquisa no Brasil (2000-2025).

Analisando a **Figura 3**, verifica-se que, desde o início da série histórica o estado de São Paulo já é um grande concentrador de GPs em território nacional. Até os anos 2000 esse padrão segue inalterado, entretanto, com o passar dos anos os estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais assumiram papel de destaque quanto ao número de GPs. Compreende-se que os grupos formados até 1993 são frutos das políticas de expansão de pós-graduação acentuadas através dos PNPGs, mas também compõem grupos formados a partir do interesse individual de professores universitários, que mesmo antes da existência do DGPB, já possuíam organização em grupo.

Essa é uma tendência reconhecida por Mocelin (2002; 2009), que relata sobre a existência de GPs anteriores à criação da plataforma, relacionando-se muito mais com a criação de Universidades e a ampliação da pós-graduação. A partir de 1993 e, principalmente, entre 2000 e 2010, há uma expansão relevante no número de grupos. Todos os estados da região Sul passam a ter uma concentração maior, assim como o Rio de Janeiro no Sudeste e a Bahia no Nordeste. Esse período coincide com a vigência do III PNPG, o primeiro que designa maior importância aos grupos de pesquisa e, a expansão para as regiões Sul e Nordeste pode ser atribuída como um dos efeitos do plano e políticas vinculadas a ele.

Merece destaque o ano de 2014 pois é evidente um grande aumento nos grupos de pesquisa na região Nordeste, principalmente nos estados do Ceará, Pernambuco e Alagoas, nesse ano. Esse aumento pode ser considerado um efeito atribuído a expansão das universidades pelo REUNI[1] (Costa; Costa; Barbosa, 2013), associado à expansão de vagas e aumento de financiamento, assim como o desenvolvimento de programas de pós-graduação na região e a constância do PNPG de 2010-2020. Sobre essa expansão, Tisher e Turnes (2025) destacam que a região Nordeste é uma das que participaram do processo de desconcentração de programas de pós-graduação no Brasil:

> O mapeamento realizado por cartografia temática e elaboração de gráficos apontou que esses programas de pós-graduação estão lentamente se deslocando das três capitais nacionais para as capitais "regionais" do Centro-Oeste, Norte e Nordeste brasileiro, fenômeno que a literatura tem definido como de desconcentração relativa… (Tisher; Turnes, 2025, p. 27).

Com a expansão das universidades, ampliação de financiamento, surgimento de novos programas de pós-graduação e o incentivo à formação da Agenda Nacional de Pesquisa, aumenta-se o número total de GPs. Em 2016, consolida-se o protagonismo do estado de São Paulo, como um grande concentrador de GPs, com um total de 7.447 grupos de pesquisa. Entretanto, também aborda a tímida expansão para demais Estados e regiões, como Tocantins e Mato Grosso do Sul. A região Norte, desde o início da série histórica, se destaca como a região em que há a menor concentração de GPs, seguindo esse padrão durante todo o período de análise.

Até o ano de 2012, o estado de São Paulo concentrava o maior quantitativo de programas de pós-graduação do país e verificou-se uma expansão para os estados da região Sul. Entre 2016 e 2020 ocorreu a consolidação dos programas nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, enquanto a expansão para a região Nordeste se deu através dos estados da Bahia e de Pernambuco. O cenário que se verifica em 2024, é a de expansão para os estados do Ceará, Goiás e Pará.

Analisando a distribuição espacial dos GPs e dos programas de pós-graduação, é possível depreender que a expansão dos grupos de pesquisa precede à criação dos programas de pós-graduação, indicando que os programas

[1] Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

de pós-graduação são criados ante à consolidação de grupos de pesquisa. Nos anos 2000, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais destacava-se pelo quantitativo de GPs, sendo que, na referida década, a consolidação de GPs no eixo Sudeste-Sul já era uma realidade, assim como a expansão para o Nordeste já havia se iniciado. O cenário de 2016 até 2025 é a integração dos demais estados do Nordeste e expansão para o Norte.

Até o ano de 2023 é notável a concentração desses GPs no eixo sul-sudeste, contudo, a expansão de GPs para estados fora desse eixo passa a se consolidar. Por exemplo, o estado do Acre contava com 163 GPs, Roraima com 344, Rondônia com 200 e Tocantins contava com 323 (DGPB, 2026).

Apesar de parecer que há poucos Gps nos estados que houve a consolidação tardia, na década de 2020, esse número é proporcional ao quantitativo de Universidades públicas e Programas de Pós-Graduação existentes. Os dados de 2023 também apresentam uma mudança expressiva no protagonismo do estado de São Paulo que, pela primeira vez na série histórica, perdeu quantitativo de GPs. Em 2016, o total era de 7.447 e, em 2023, o total passou a ter 6.400 grupos cadastrados. De modo geral, cerca de 1.047 GPs do estado de SP tiveram suas atividades encerradas. A expansão dos GPs é acompanhada por uma crescente expansão no número de pesquisadores e estudantes a eles vinculados, reconhecidos como "corpo de pessoal", esses indivíduos compõem os recursos humanos dos GPs. Segundo o Diretório, é considerado um pesquisador:

> [...] um membro graduado ou pós-graduado da equipe de pesquisa, direta, ativa e criativamente envolvido com a realização de projetos e com a produção científica, tecnológica e artística do grupo. Quem estiver matriculado em um curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) deve ser incluído como estudante, desde que seu orientador seja um pesquisador do grupo. Estagiários pós-doutorais devem ser considerados como pesquisadores do grupo, e não como estudantes (DGPB, 2026, s.p).

Complementando, os estudantes são aqueles que, "[...] (bolsista ou não) em iniciação científica ou em cursos de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) que participa ativamente de linhas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo, como parte de suas atividades discentes, sob a orientação de pesquisadores do grupo" (DGPB, 2026, s.p). A **Figura 4** tipifica o quantitativo de pessoal vinculado a GPs em Ciências Humanas entre os anos de 2000 a 2025.

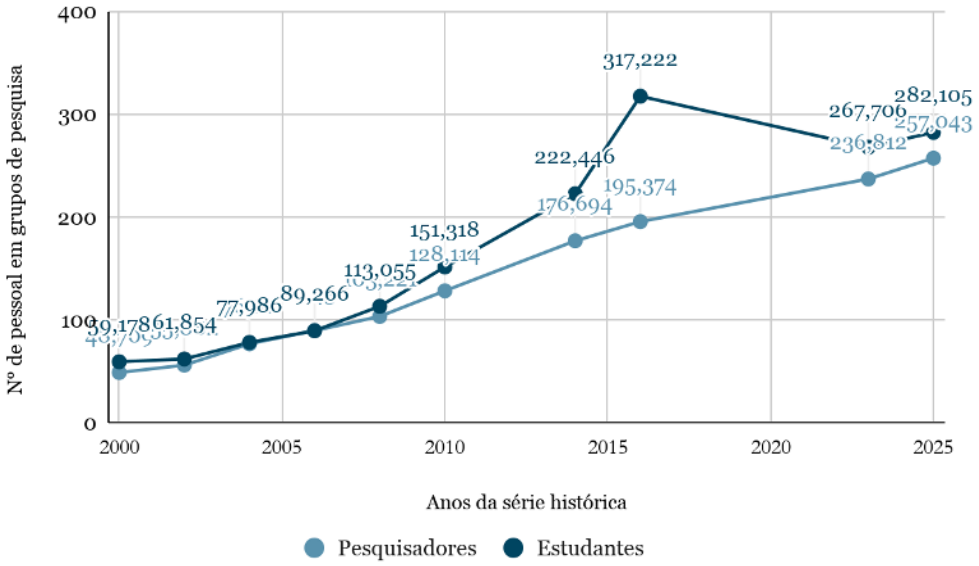


Figura 4. Total de corpo de pessoal vinculado a grupos de pesquisa (2000 - 2025). Fonte: DGPB (2026). Elaborado por Ferreira e Souza (2026).

De acordo com a **Figura 4**, é possível verificar que estavam vinculados a grupos de pesquisa 48.781 pesquisadores e 59.178 estudantes, com progressão do quantitativo durante todo o período analisado, para ambas as categorias. Analisando individualmente cada ano da série histórica, nota-se uma superioridade de estudantes em relação aos pesquisadores, contudo, ao se considerar a análise percentual, verifica-se que o crescimento dos pesquisadores superou o dos estudantes em todos os recortes temporais analisados. Entre 2000 e 2010, o crescimento do número de pesquisadores foi de 163,0%, frente a 155,7% dos estudantes. No período subsequente (2010–2025), a diferença foi um pouco maior, houve crescimento de 100,6% de pesquisadores, contra 86,4% de crescimento do número de estudantes.

Considerando toda a série histórica, os dados apresentados evidenciaram um aumento tanto no número de GPs quanto do corpo de pessoal vinculado a eles, com crescimento acumulado dos pesquisadores em 427,7%, que supera significativamente o crescimento acumulado dos estudantes (376,7%), indicando um processo de fortalecimento estrutural do corpo de pessoal permanente dos GPs. O aumento do número de pesquisadores ao longo do período é corroborado pelo aumento da produção intelectual, que podem ser verificadas nas **Figura 5** e **6.** A **Figura 5** aborda artigos publicados em anais de evento, de circulação nacional e internacional, e a **Figura 6** as produções de dissertações e teses, ambos publicados por membros de GPs de Ciências Humanas, entre 2000 e 2025.

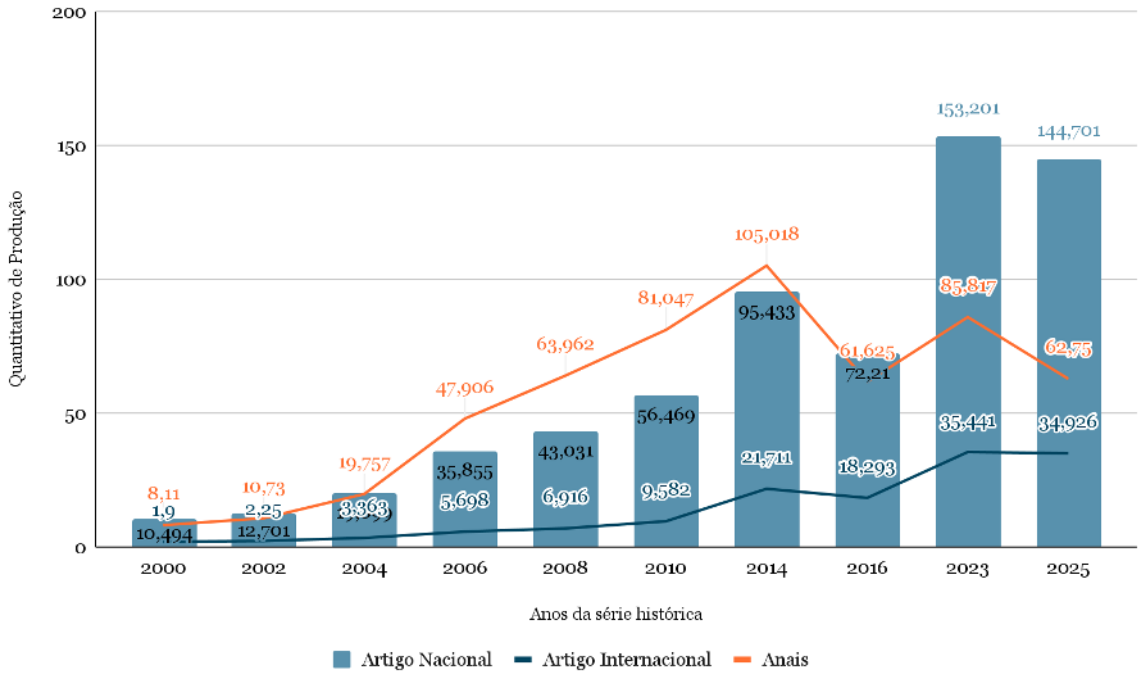


Figura 5. Publicação de artigos e anais por grupos de pesquisa em Ciências Humanas (2000 - 2025). Fonte: DGPB (2026). Elaborado por Ferreira e Souza (2026).

A **Figura 5** evidencia um crescimento expressivo da atividade científica no período. Observa-se uma expansão consistente dos artigos nacionais até o ano de 2014, seguido de um período de redução em 2016, seguido do maior aumento na série histórica em 2023, com 153.201 publicações, havendo uma baixa para o ano de 2025, passando para 144.701. Os artigos internacionais, embora em menor número absoluto, apresentam crescimento proporcional significativo, com destaque ao decréscimo entre 2014-2016. Já as publicações em anais mostram forte expansão até 2014, seguida de retração e posterior recuperação parcial, sugerindo mudança no padrão de valorização acadêmica, com maior ênfase nos periódicos.

O ano de 2016 configura um ponto de inflexão, com queda nas três modalidades, possivelmente associada a fatores conjunturais e institucionais. Ainda assim, a retomada posterior demonstra resiliência e consolidação da grande área.

De modo geral, os dados indicam não apenas aumento quantitativo da produção, mas também reconfiguração no padrão de circulação e legitimação do conhecimento nas Ciências Humanas, em termos de projeção de tendências, percebe-se que há um potencial dos artigos internacionais sobressair-se em relação às publicações em anais de evento.

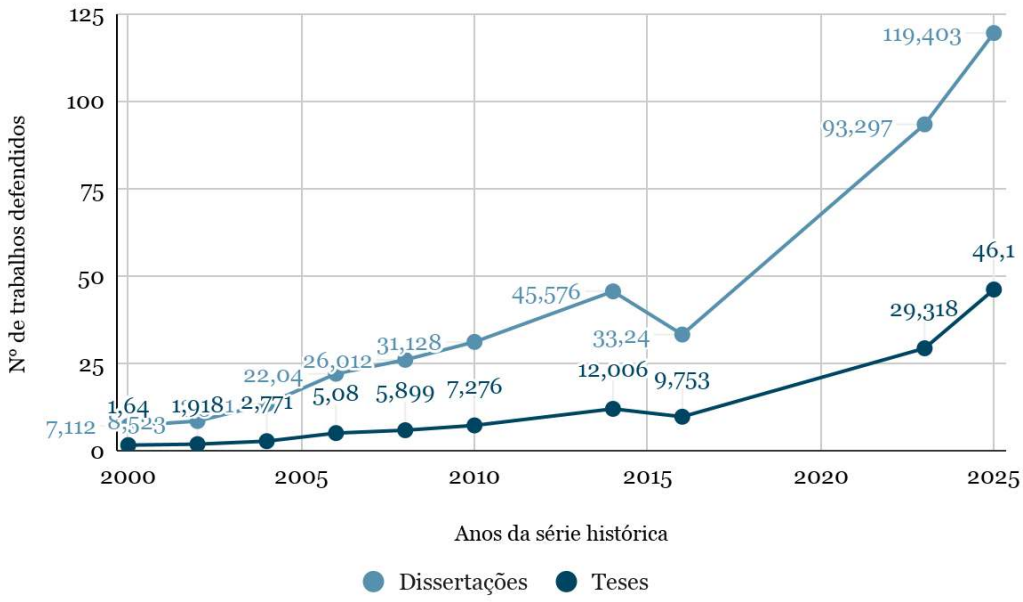


Figura 6. Produção de dissertações e teses por grupos de pesquisa em Ciências Humanas (2000 - 2025). Fonte: DGPB (2026). Elaborado por Ferreira e Souza (2026).

Em relação à **Figura 6**, a evolução do número de produção de dissertações e teses defendidas pelos membros dos GPs em Ciências Humanas seguem o mesmo padrão de crescimento verificado na **Figura 5**, acompanhando a expansão dos GPs e programas de pós-graduação. No ano 2000 foram defendidas 7.112 dissertações e 1.640 teses por membros de GPs de Ciências Humanas, ao passo que, no ano de 2010 foram defendidas 31.128 dissertações e 7.276 teses. O final da série histórica consolida esse cenário, com 119.403 defesas de dissertações e 46.100 teses.

O crescimento percentual de dissertações foi de 1.578,9% no período. No que diz respeito às teses, esse mesmo crescimento foi de 2.710,9%. Embora as dissertações apresentem valores absolutos mais elevados, o ritmo de crescimento percentual das teses foi significativamente maior. Esse resultado sugere um processo de fortalecimento da formação doutoral, indicando não apenas a ampliação de programas de pós-graduação, mas também a consolidação de níveis mais avançados de formação acadêmica em Ciências Humanas, vinculada a GPs.

Por fim, os dados referentes ao número de GPs vinculados à área Geografia, da grande área das Ciências Humanas, no período de 2000 a 2025, são apresentados na **Figura 7**. Apesar de pouca variedade sobre os dados da área, podem ser tecidas algumas considerações.

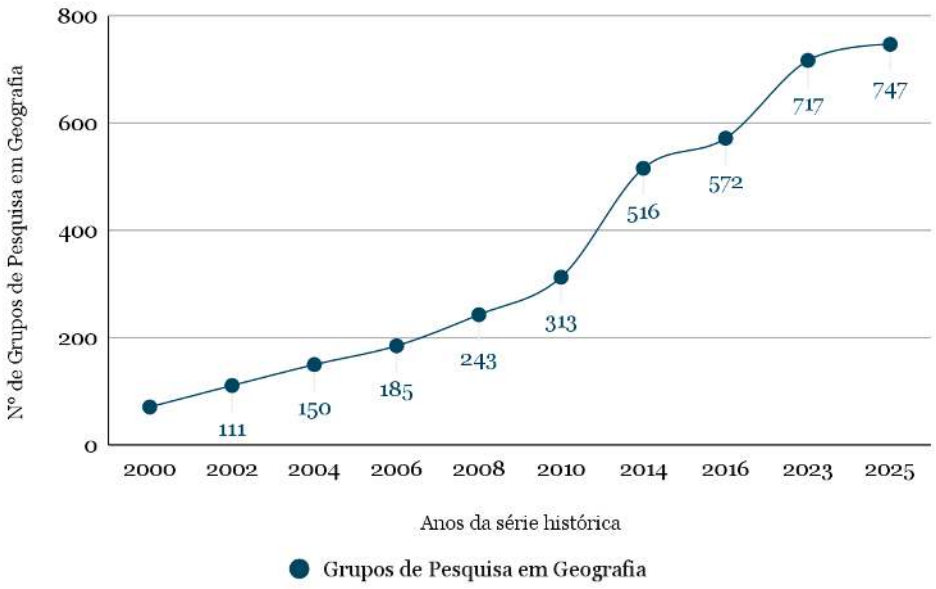


Figura 7. A expansão dos grupos de pesquisa em Geografia no Brasil (2000 - 2025). Fonte: DGPB (2026). Elaborado por Ferreira e Souza (2026).

Conforme pode ser verificado na **Figura 7**, de maneira geral, houve um crescimento expressivo no quantitativo de grupos cadastrados no DGPB, sendo que, no ano de 2000 eram contabilizados apenas 71 grupos cadastrados, passando para 747 grupos de pesquisa no ano de 2025. Esse aumento representa a criação de 679 novos GPs ao longo de vinte e cinco anos.

Ao considerar o crescimento percentual, verifica-se que, entre 2000 e 2010, o número passou de 71 para 313, ou seja, um crescimento de 340,8%. No intervalo temporal de 2011 a 2025, observa-se um crescimento de 138,6%. Embora esse aumento ainda seja expressivo em termos absolutos, a redução do ritmo percentual de expansão sugere um cenário mais complexo. Assim, a primeira metade da série histórica marca o período em que a Geografia brasileira mais expandiu seus GPs cadastrados no DGPB, movimento que acompanha os programas de pós-graduação em Geografia, que registraram a mesma configuração no período evidenciado[2].

[2] Verificar Figura 2.

Os dados apresentados indicam a relação entre a expansão dos GPs e o desenvolvimento da pós-graduação nacional. O caso da Geografia coaduna com essa leitura, principalmente ao comparar os dados da **Figura 2**, **3** e **7**. Os anos 2000 se apresentam como um marco tanto no aumento do número de programas de pós-graduação em Geografia quanto como a GPs vinculados à área, chegando no ano de 2023 com 717 GPs institucionalizados na plataforma do CNPQ.

O aprofundamento nas discussões pertinentes a GPs de Geografia demanda uma sistematização mais detalhada dos dados do DGPB por área do conhecimento, o que atualmente não é possível com o sistema vigente. Contudo, é inegável que os dados apresentados conseguem evidenciar algum diagnóstico da relação entre a expansão dos GPs e o desenvolvimento da pós-graduação nacional. Logo, pode-se afirmar com maior precisão o papel desempenhado por essas duas instituições na institucionalização da pesquisa científica nacional.

3 Considerações Finais

Este estudo buscou discutir a relação entre a expansão dos GPs e o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, tendo como referência empírica a grande área das Ciências Humanas e a Geografia. Partiu-se da problemática de estimar a relação entre o crescimento do número de Grupos de Pesquisa e a ampliação e estabelecimento da pós-graduação no Brasil, a fim de verificar a natureza dessa relação e em que medida o crescimento dos GPs pode ser compreendido como elemento estruturante do processo de consolidação do SNPG.

A análise histórica evidenciou que a expansão dos GPs não constitui um fenômeno paralelo ao desenvolvimento da pós-graduação, consolidada por meio da Reforma Universitária, do Parecer Sucupira e da implementação sucessiva dos PNPGs, que criou condições normativas, financeiras e organizacionais para a formação e estabilização dos GPs como unidades centrais da produção científica. Assim, o fortalecimento da pós-graduação impulsionou a multiplicação desses grupos, ao passo que sua consolidação organizacional retroalimentou a estrutura formativa e produtiva dos programas de pós-graduação.

No âmbito da Geografia e das Ciências Humanas, observou-se que essa relação se materializa tanto no crescimento quantitativo dos GPs quanto na ampliação do número de pesquisadores e estudantes, assim como da produção científica. Entretanto, a expansão ocorreu de maneira territorialmente desigual, reproduzindo assimetrias históricas entre as regiões brasileiras. Desse modo, a relação entre GPs e pós-graduação revela não apenas um movimento de crescimento institucional, mas também a permanência de condicionantes estruturais que limitam a desconcentração do sistema científico nacional.

Conclui-se, portanto, que os GPs devem ser compreendidos simultaneamente como expressão e condição do desenvolvimento da pós-graduação brasileira. Eles emergem como resultado das políticas públicas de ciência e tecnologia, mas também como engrenagens fundamentais para a consolidação do modelo organizacional da pesquisa no país, estruturando práticas científicas, articulando formação e produção intelectual e redefinindo a dinâmica interna dos campos disciplinares.

Todavia, a análise aqui desenvolvida abre novas frentes investigativas. Permanecem em aberto questões relativas aos impactos qualitativos dessa expansão: em que medida o crescimento dos grupos alterou agendas de pesquisa, disputas epistemológicas e hierarquias acadêmicas? Como as mudanças nas políticas de financiamento e

avaliação influenciam sua sustentabilidade e seu papel na formação de novos pesquisadores? E até que ponto a expansão quantitativa poderá converter-se em maior equidade territorial no SNPG?

Ao recolocar essas questões, o estudo reafirma que compreender a relação entre GPs e a pós-graduação é fundamental para interpretar os rumos da ciência no Brasil. Mais do que registrar um crescimento numérico, trata-se de analisar as bases estruturais que sustentam - e tensionam - o desenvolvimento da pesquisa acadêmica nacional.

Contribuições das pessoas autoras (CRediT): Concepção: Matheus.Rita.; metodologia: Matheus.Rita.; análise: Matheus.Rita.; coleta/produção de dados: Matheus.Rita.; escrita (primeira versão): Matheus.Rita.; escrita (revisão e edição): Matheus.Rita.; supervisão: Rita.; aquisição de financiamento: Matheus.Rita. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Disponibilidade de dados: Diretório de grupos de pesquisa do Brasil, disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzQyNmE2N2QtMTk5OC00MzVkLWIxMTEtNzZlODc3Yjk5ODZiIiwidCI6IjkyYzBjZmE5LTdlOTEtNGVhZC1hYzI5LWNkNDRhMjM4OWIwMSJ9. Plataforma Geocapes, disponível em: https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/.

Financiamento: Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo nº 88887.966430/2024-00.

Agradecimentos: Os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa agradecem aos demais membros do Núcleo de Pesquisa Geografia e Memória, vinculado ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, e ao colega Eduardo Petrucci pelo auxílio na formatação do artigo.

Declaração do uso de inteligência artificial: Os autores declaram não ter utilizado ferramentas de inteligência artificial em nenhuma etapa da elaboração do manuscrito ou da realização da pesquisa.

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Referências

ALVES, M. F.; OLIVEIRA, J. F. de. Pós-graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, [S. l.], v. 30, n. 2, 2015. https://doi.org/10.21573/vol30n22014.53680

AGUILAR, R. L; FONSECA, C. N; CHRISTAN, P. A expansão da pós-graduação em Geografia no Brasil entre 1991 e 2020. Terr@Plural, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-19, 2023. https://doi.org/10.5212/TerraPlural.v.17.2319523.018

BAUMGARTEN, M. Políticas de ciência e tecnologia e reestruturação produtiva: o caso brasileiro. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 5, n. 8, 2008. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/833. Acesso em: 26 jan. 2023.

BORGES, M. C.; AQUINO, O. F. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do REUNI: avanços e controvérsias. Educação: Teoria e Prática, [S. l.], v. 22, n. 39, p. 117–138, 2012. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/4584. Acesso em: 9 jan. 2024

BRASIL. Lei n°5540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília - DF: Diário Oficial da União, 1968.

BRASIL. I Plano Nacional de Pós-graduação. Brasília - DF, 1975. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/i-pnpg-pdf. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. II Plano Nacional de Pós-graduação. Brasília - DF, 1982. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ii-pnpg-pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRASIL. III Plano Nacional de Pós-graduação. Brasília - DF, 1986. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/iii-pnpg-pdf . Acesso em: 24 jan. 2023.

BRASIL. Lei n° 9394 de 20 de Dezembro de 1996. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2005-2010, Brasília - DF, 2004. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/pnpg-2005-2010-pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020, Brasília - DF, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

CAMPOS, J. F. S. Leituras dos territórios paradigmáticos em Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente – São Paulo. 2012. 388 p.

CAPES. Relatório de área (Geografia) de 2019. 2019 Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/geografia-pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

CAPES. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG): Uma discussão sobre a política de C & T nacional na formação da Agenda de Pesquisa. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/RelatrioTcnicoPNPGs.pdf. Acesso em: 06 fev. 2023.

CAPES. Geocapes. 2026. Disponível em: https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/. Acesso em: 15 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n° 977/65. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.

COSTA, D. M; COSTA, A. M; BARBOSA, F. V. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: o REUNI e as perspectivas para o REUNI 2. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 106-127, jan. 2013.

DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA DO BRASIL. Série Histórica, 2026. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-uf. Acesso em: 11 mar. 2026.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas da Pesquisa Social. 6°. ed. São Paulo - SP: Atlas, 2008.

FERREIRA, M. O. Os grupos de pesquisa em Geografia Física do estado de Minas Gerais: temas, institucionalização e a formação de redes de colaboração científica. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2024. 250p.

HOSTINS, R. C. L. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação. Perspectiva, Florianópolis - SC, v. 24, n° 1, p. 133-160, 2006.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de Expansão da Pós-graduação no Brasil 1995 - 2010. Revista Brasileira de Educação, [s. l.], v. 20, ed. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015. https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003

MARTINS, C. B. As origens da Pós-graduação nacional (1960-1980). Revista Brasileira de Sociologia, [s.l], v. 6. n° 13, p. 9 - 26, 2018. https://doi.org/10.20336/rbs.256

MOCELIN, D. G. A inovação no Modelo Organizacional da Produção de Pesquisa na Universidade: grupo de Estudos sobre Universidade, GEU, um Estudo-de-Caso. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MOCELIN, D. G. Concorrência e alianças entre pesquisadores: reflexões acerca da expansão de grupos de pesquisa dos anos 1990 aos 2000 no Brasil. Revista Brasileira de Pós-graduação, Brasília - DF, v. 6, ed. 11, p. 35 - 64, Dez/ 2009. https://doi.org/10.21713/2358-2332.2009.v6.164

MOCELIN, D. G. Habilidades sociais em grupos de pesquisa consolidados. Revista Espaço Acadêmico, [s.l], n. 230, p. 366-385, 2021. https://doi.org/10.4025/espacoacademico.v20i230.57592

MOROSINI, M. C. A Pós-graduação no Brasil: formação e desafios. Revista Argentina de Educaión Superior, [s.l], n° 1, p. 125 - 152, 2009.

NEZ, E. Um balanço dos planos nacionais de Pós-graduação brasileira de 1975 a 2011: em foco a regulação. Disponível em: https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/EgeslaineDenez-ComunicacaoOral-int.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

OLIVEN, A. C. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. A educação Superior no Brasil. Porto Alegre - RS: IESALC, 2002. cap. I, p. 24 - 38.

ROMÊO; J. R.; ROMÊO, C. I. M.; JORGE, V. L. Estudos de Pós-graduação no Brasil. 2004. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139901. Acesso em: 19 jan. 2023.

SANTOS, R. S. et al. Reestruturação produtiva do Estado brasileiro na perspectiva do projeto neoliberal. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro - RJ, v. 38, n°1. p. 7 - 32, 2004.

SILVA, J.B.; OLIVEIRA, M. P. A trajetória da Pós-graduação e a Anpege: algumas questões. Revista da Anpege. V.5, p. 79 – 92, 2009.

SOUSA NETO, M. F. A expansão financeirizada do ensino superior e da Pós-graduação no Brasil. Revista da Anpege, [s.l] v. 13, n° 20, p. 18 - 29, 2017. https://doi.org/10.5418/RA2017.1320.0002

SCHWARTZMAN, S. Um espaço para ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT, 2001. 276 p.

SCHWARTZMAN, S. Pesquisa e Pós-graduação no Brasil: duas facetas da mesma moeda. Estudos Avançados, São Paulo - SP, v. 36, n° 104, p. 227 - 254, 2022. https://doi.org/10.1590/S0103-4014.2022.36104.011

TISCHER, W.; TURNES, V. A. Expansão da Pós-Graduação ou concentração da excelência? Desigualdades regionais persistentes no Brasil: desigualdades regionais persistentes no Brasil. Revista Brasileira de Pós-Graduação, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 1–31, 2025. https://doi.org/10.21713/rbpg.v19i40.2110

VALENTIM, M. Instrumentos Integradores do ensino, pesquisa e extensão: O caso dos grupos de pesquisa. Revista Faro, Valparaíso - CL, ed. 5, p. 1 - 8, 2007.

VINHA, J. F. S. C. A pesquisa e a universidade no Brasil: organização e institucionalização dos grupos de pesquisa em Geografia. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas - SP, v. 5, ed. 9, p. 29 - 55, jan./jun. 20.

SOBRE A AUTORIA

Matheus de Oliveira Ferreira

Doutorando pelo programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2024) , e licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2021). Atua na área de epistemologia da Geografia, com ênfase nas áreas de história da ciência e da Geografia, filosofia da Geografia, pensamento geográfico e teorias e métodos em Geografia. Desenvolve pesquisas sobre redes e grupos de pesquisa articulando a história da ciência e análises em escala nacional.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4532-4338
E-mail: matheusolver8@gmail.com

Rita de Cássia Martins de Souza

Professora Associada no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (2000), mestre em Geografia pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (1995) e licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (1988). Atua nas áreas de História do Pensamento Geográfico e Geografia Política, com ênfase em pensamento geográfico, Geografia política, formação nacional e formação territorial do Brasil. Desenvolve pesquisas sobre território brasileiro articulando a história da ciência em escala nacional.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6505-3248
E-mail: ritacmsou@gmail.com